



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Referência: Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA

Objeto:Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPI, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF., de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.

DA INTRODUÇÃO
- 1.1.

O Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA teve o seu edital publicado no dia 17 de setembro de 2024, com abertura do certame prevista para o dia 30 de setembro de 2024 às 9hrs.
- 1.2.

Foi apresentado o seguinte pedido, conforme Doc. SEI/GDF nº 151718323.
2.

DA TEMPESTIVIDADE
- 2.1.

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.
3.

RELATO
- 3.1.

Em suas razões, a empresa pugna por:

DA ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO																																																							
<p>Nossa empresa adquiriu o respectivo edital em razão do interesse em participar da licitação e capacitação que detêm para a execução do objeto que é:</p> <p><i>“Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPI, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.”</i></p> <p>O Edital de licitações é de fundamental importância para os ditames administrativos que devem ser seguidos para a aquisição dos bens ou serviços que se pretende contratar, o qual vincula a Administração Pública e também os interessados no certame que venham a apresentar documentação e proposta.</p> <p>A Constituição Federal, no seu artigo 37 diz que:</p> <p>A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)</p> <p>O artigo 5º da Lei 14.133/2021, que destacam o princípio da vinculação ao edital durante todo o</p> <p>procedimento licitatório, o que decorre também do princípio da legalidade, demonstra claramente que o Administrador Público somente pode agir quando e conforme a lei permitir, ou seja, todos os atos praticados durante a licitação são vinculados a lei.</p> <p><i>“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”</i></p> <p>Uma vez o edital não seguindo os ditames legais é passível de nulidade em qualquer fase que se encontre.</p>	<p>Inicialmente no que tange a estimativa de preço da Novacap utilizada no procedimento eletrônico, foi realizada com base na compreensão das informações constantes e extraídas do Termo de Referência, sendo assim, a planilha estimativa elaborada está em acordo com o detalhamento e especificações encontradas no Termo de Referência. Ainda informamos que, desconhecer quais documentos foram disponibilizados aos licitantes, desta forma como modelo para apresentação de proposta, informamos constar nos autos os documentos em formato digital (.PDF):</p> <ul style="list-style-type: none">Estimativa de Custo e Orçamento DPI013/2024 sem desoneração (149770119);Memória de Cálculo DPI012/2024 e DPI013/2024, com e sem desoneração (149638275);Cronograma Físico Financeiro DPI013/2024 sem desoneração (149639036);Planilha Curva ABC - DPI013/2024 sem desoneração (149638951);Planilha BDI Serviços - Sem Desoneração (148007897); ePlanilha Encargos Sociais (148008012). <p>Caso o Licitante/Impugnante não teve acesso ao documento Memória de Cálculo DPI012/2024 e DPI013/2024, com e sem desoneração (149638275) ou por vontade própria não conheceu o conteúdo do mencionado documento, ocasionaria os equívocos cometidos ao justificar seu pedido de impugnação. Pois neste documento constam parâmetros além dos encontrados no Termo de Referência, bem como o detalhamento das composições utilizadas na estimativa.</p> <p>ESCLARECIMENTO DA ÁREA TÉCNICA</p> <p>2.4. Primeiramente, esclarecemos que houve um equívoco da empresa. Nota-se que na primeira tabela, onde a interessada faz referência a Unidade de Corte (UC), o serviço indicado é denominado REMOÇÃO DE TOCO, onde é de fato medido em UC, já na segunda tabela, a interessada indica outro serviço, o qual é denominado DESTOCAMENTO, que é de fato medido em unidade de toco, inclusive, é justamente pelo mo vo de não possuírem a mesma unidade de medida que o destocamento não está indicado junto com os demais serviços na planilha de UC.</p> <p>2.5. Remoção de Toco e Destocamento, apesar da semelhança nos nomes, tratam-se de serviços diversos. A Remoção de Toco é apenas o rebaixamento do toco, somente a redução, enquanto o destocamento é a re rada do toco e partes das raízes. Além disso, ambas a vidades estão devidamente indicadas de forma SEPARADA na Planilha Es ma va de Custos e Orçamento, senão vejamos:</p> <div><table><tr><th>20.</th><th>Complexidade</th><th>UC</th><th>Remoção de toco</th></tr><tr><td>01.1</td><td>Nível 0</td><td>0,5</td><td>Remoção de toco Nível 0 (0,5 UC)</td></tr><tr><td>01.2</td><td>Nível 1</td><td>0,85</td><td>Remoção de toco Nível 1 (0,85 UC)</td></tr><tr><td>01.3</td><td>Nível 2</td><td>1,2</td><td>Remoção de toco Nível 2 (1,2 UC)</td></tr><tr><td>01.4</td><td>Nível 3</td><td>1,55</td><td>Remoção de toco Nível 3 (1,55 UC)</td></tr><tr><td>01.5</td><td>Nível 4</td><td>1,9</td><td>Remoção de toco Nível 4 (1,9 UC)</td></tr><tr><td>01.6</td><td>Nível 5</td><td>2,25</td><td>Remoção de toco Nível 5 (2,25 UC)</td></tr><tr><td>01.7</td><td>Nível 6</td><td>-</td><td>Remoção de toco Nível 6 (- UC)</td></tr><tr><td>01.8</td><td>Nível 7</td><td>-</td><td>Remoção de toco Nível 7 (- UC)</td></tr><tr><td>01.9</td><td>Nível 8</td><td>-</td><td>Remoção de toco Nível 8 (- UC)</td></tr></table><p>Tabela 1 - Estimativa de Custo e Orçamento</p><table><tr><th colspan="3">2. Destocamento</th></tr><tr><th>Item</th><th>Complexidade</th><th></th></tr><tr><th>23.</th><th>Dímetro</th><th>DESTOCAMENTO</th></tr><tr><td>01.1</td><td>> 60 cm</td><td>DESTOCAMENTO > 60 cm</td></tr><tr><td>01.2</td><td>< 60 cm</td><td>DESTOCAMENTO < 60 cm</td></tr></table><p>Tabela 2 - Estimativa de Custo e Orçamento</p></div> <p>2.6. Ambas Tabelas, 1 e 2, foram printadas da Planilha de Custos e Orçamento, devidamente publicadas no site de licitações da Novacap.</p> <p>2.7. A Tabela 1 faz parte do item 1 da Planilha de Custos e Orçamento "Serviços de Podas, Caídas e Supressões de Árvores" onde encontra-se de forma detalhada todos os serviços PAGOS EM UNIDADE DE CORTE e seus respectivos graus de dificuldade e ONDE ESTÁ INDICADO O SERVIÇO DE REMOÇÃO DE TOCO.</p>	20.	Complexidade	UC	Remoção de toco	01.1	Nível 0	0,5	Remoção de toco Nível 0 (0,5 UC)	01.2	Nível 1	0,85	Remoção de toco Nível 1 (0,85 UC)	01.3	Nível 2	1,2	Remoção de toco Nível 2 (1,2 UC)	01.4	Nível 3	1,55	Remoção de toco Nível 3 (1,55 UC)	01.5	Nível 4	1,9	Remoção de toco Nível 4 (1,9 UC)	01.6	Nível 5	2,25	Remoção de toco Nível 5 (2,25 UC)	01.7	Nível 6	-	Remoção de toco Nível 6 (- UC)	01.8	Nível 7	-	Remoção de toco Nível 7 (- UC)	01.9	Nível 8	-	Remoção de toco Nível 8 (- UC)	2. Destocamento			Item	Complexidade		23.	Dímetro	DESTOCAMENTO	01.1	> 60 cm	DESTOCAMENTO > 60 cm	01.2	< 60 cm	DESTOCAMENTO < 60 cm
20.	Complexidade	UC	Remoção de toco																																																					
01.1	Nível 0	0,5	Remoção de toco Nível 0 (0,5 UC)																																																					
01.2	Nível 1	0,85	Remoção de toco Nível 1 (0,85 UC)																																																					
01.3	Nível 2	1,2	Remoção de toco Nível 2 (1,2 UC)																																																					
01.4	Nível 3	1,55	Remoção de toco Nível 3 (1,55 UC)																																																					
01.5	Nível 4	1,9	Remoção de toco Nível 4 (1,9 UC)																																																					
01.6	Nível 5	2,25	Remoção de toco Nível 5 (2,25 UC)																																																					
01.7	Nível 6	-	Remoção de toco Nível 6 (- UC)																																																					
01.8	Nível 7	-	Remoção de toco Nível 7 (- UC)																																																					
01.9	Nível 8	-	Remoção de toco Nível 8 (- UC)																																																					
2. Destocamento																																																								
Item	Complexidade																																																							
23.	Dímetro	DESTOCAMENTO																																																						
01.1	> 60 cm	DESTOCAMENTO > 60 cm																																																						
01.2	< 60 cm	DESTOCAMENTO < 60 cm																																																						

Analisando a produtividade pretendida na composição da equipe para atividade de destoca, nota-se que a remuneração pretendida com os valores monetários, são insuficientes para atender os custos mensais necessários!

Oportuno destacar que na forma como está descrita as exigências de composição de equipes e critérios de medição, abre margem para interpretações diversas entre si, ferindo o **Princípio do Julgamento Objetivo**, induzindo, eventualmente, licitantes ao erro na composição de seus preços e com isso inviabilizando as futuras obrigações advindas dessa contratação.

“Princípio do Julgamento Objetivo: Edital deve apontar claramente o critério de julgamento a ser adotado para determinar o licitante vencedor. Assim, a análise de documentos e a avaliação das propostas devem se pautar por critérios objetivos predefinidos no instrumento convocatório, e não com base em elementos subjetivos. A objetividade não é absoluta, na medida em que especialmente a verificação da qualificação técnica sempre envolve certo juízo subjetivo.”

O Termo de referência estabelece no seu item 23.5 que a responsabilidade com segurança do trabalho e higiene é de responsabilidade da Contratada. Mais precisamente em seu item 23.5.4 trata do canteiro de obras para a execução dos serviços.

Também estabelece em seu item 23.5.10 que a Contratada deverá atender à Lei n.º 6514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho, assim como, no item 23.5.11 a obrigatoriedade de atendimento a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas.

Assim temos estabelecido no item 38.3.2 da referida norma que a organização deve providenciar pontos de apoio em locais estratégicos, considerando suas rotas de trabalho, para a satisfação de necessidades fisiológicas e a tomada de refeições para os trabalhadores que realizam atividades externas, observando-se o Anexo II - Condições Sanitárias e de Conforto Aplicáveis a Trabalhadores em Trabalho Externo de Prestação de Serviços - da Norma Regulamentadora n.º 24 (NR-24) - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

Quando analisamos as Planilhas Estimativas de valores máximos admitidos no presente processo, não é encontrado qualquer item / previsão dos custos relativos a disponibilização de **banheiro químico e tendas/mesas/cadeiras** para que os trabalhadores possam satisfazer suas necessidades fisiológicas e realizar a tomada de refeições, hidratação e pausa para descanso, conforme exigência de disponibilização pelo Ministério do Trabalho.

Ademais também não vislumbramos nas planilhas itens de custos essenciais para a realização de trabalho seguro em vias públicas. Conforme o próprio Termo de referência prevê (item 23.5.5) a CONTRATADA deverá promover a sinalização do local de execução dos serviços, incluindo placas, cavaletes, cones de segurança, barreiras móveis, delimitadores com fita retrátil, grades de isolamento, etc., itens igualmente não encontrados nas planilhas de custos elaboradas pela Contratante.

Trata-se, obviamente, de um erro que necessita ser corrigido para evitar prejuízos à Administração Pública e claro ao órgão licitante, e também evitar aventureiros comerciais, que com certeza se vencedores inviabilizariam a prestação do serviço por tratar-se de contrato inexequível em razão de ausência de custos necessários para atendimento dos serviços previstos no Termo de Referência.

Mostra-se ainda um insegurança nos dados coletados nas Planilhas Estimativas eis que andam em desconpomo com o Termo de referência, pois este deve ser preciso a ponto de informar ao licitante a correta estimativa de custo do contrato e os reais valores praticados no mercado, caso contrário, os licitantes serão prejudicados, pois estarão restritos na elaboração de suas propostas, podendo inclusive afetar a participação no certame.

Enfim, o equívoco acaba por expor deficiência no Termo de Referência quando correlacionada a Planilha Orçamentária culminando com insegurança para o

3.6. Visando dirimir qualquer dúvida e visando a melhor compreensão e por consequência a melhoria da prestação do serviço, no Termo de Referência, Edita e demais documentos editalícios, estabelecemos que:

3.8. Remoção de Toco

3.9. Leia-se:

3.10. Rebaix

Com os esclarecimentos acima

shopping centers e demais estabelecimentos comerciais em geral disponibilizarem gratuitamente suas instalações sanitárias aos garis e demais trabalhadores do serviço de limpeza urbana do Distrito Federal.

Quanto a afirmação: "Mais precisamente em seu item 23.5.4 trata do canteiro de obras para a execução dos serviços.", o texto integral 23.5.4. Caso seja necessária a execução de canteiro de obras para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter neste os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação e demais normas vigentes, entendemos tratar de uma excepcionalidade, para a execução do objeto é realizado nas áreas verdes públicas.

Em relação a afirmação "Outro ponto que causa estranheza é que o Termo de Referência em seu item 28. ANEXO I - DETALHAMENTO DE EQUIPES E ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, traz a obrigatoriedade da empresa em manter uma EDT – Equipe de destaco, vejamos:", cabe esclarecer que apesar de constar o valor do serviço ao invés da composição da equipe citada, foi avaliado serviços similares das tabelas oficiais, composição conforme o Termo de Referência além de contrato vigente para a mesma finalidade.

Devido o quantitativo dos serviços esperados constante para cada lote não ter sido baseada na pela produtividade do equipamento de destocamento, informação que não é divulgada pelos fabricantes, foi feito o valor dos serviços sem distinção dos lotes pois o equipamento e a "Equipe" são os mesmos.

3. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso em tela, contratar ou possibilitar a participação de empresa sem a correta demonstração dos custos definida por lei é correr riscos inclusive de cancelamento do contrato futuro, visto que induz ao erro os licitantes por “mascarar” os reais custos.

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação e segurança na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações, com qualidade e segurança.

4. DOS PEDIDOS:

- 1) O devido recebimento e processamento desta impugnação editalícia, posto que legalmente prevista e tempestivamente apresentada;
- 2) A suspensão imediata dos trâmites licitatórios até decisão acerca dos temas apontados na presente impugnação;
- 3) Caso sejam mantidas as cláusulas e planilhas ora atacadas, sejam os autos remetidos à superior instância administrativa para devido e necessário pronunciamento;
- 4) Que sejam divulgadas as planilhas abertas / detalhadas de modo que se possa analisar os custos de forma pormenorizada dos itens relativos a mão de obra e máquinas e equipamentos;
- 5) No mérito, sejam acolhidas todas as impugnações aqui lançadas sobre o edital e planilha, levando à renovação de todo o procedimento e retificação dos itens impugnados e republique o edital com obediência ao prazo mínimo estabelecido pela lei, após proceder as alterações nos itens impugnados e atualização da planilha ora levantada estimativa, vez que tratam de itens de suma importância e que afetam diretamente a apresentação ou formulação das propostas e execução final do objeto.

Nesses termos pede e aguarda o deferimento.

[illegible]

Desta forma além de considerar intempestivo o pedido de impugnação, com as respostas ofertadas acima demonstrando que as alegações do Licitante/Impugnante não prosperam, **sugerimos a autoridade competente o INDEFERIMENTO** deste pedido de impugnação.

- 3.2. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (SEI nº 152110475).
- 3.3. Em resposta, a área técnica exarou o Despacho NOVACAP/PRES/DU/DPI/DIOC (SEI nº 152141865) nos moldes do quadro acima.
- 3.4. É o breve relatório.
4. **CONCLUSÃO**
- 4.1. Respaldoando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, entende-se pelo **não acolhimento** da Impugnação ao Edital, pela inaplicabilidade de sua alegação.
- 4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguinte endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>.

4. CONCLUSÃO



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA** - Matr.0973569-0, **Chefe do Departamento de Compras**, em 27/09/2024, às 11:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=152171226 código CRC= A7022530.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br

